

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LINGUA PORTUGUESA

Novo estudo mostra que erradicação da malária será possível até 2050

A erradicação global da malária, uma das doenças mais antigas e mortais do mundo, pode ser alcançada até 2050, mostra novo estudo publicado hoje (9) pela comissão para a malária da revista científica *The Lancet*.

"Um futuro livre de malária pode ser alcançado tão cedo como em 2050", diz o estudo, de autoria de 41 dos principais especialistas mundiais em malária, ciências biomédicas, economia e políticas de saúde.

A pesquisa mostra as evidências científicas, combinando-as com novas análises epidemiológicas e financeiras que demonstram que - com as ferramentas e estratégias certas e o financiamento adequado - a erradicação da doença é possível no espaço de uma geração.

Os especialistas identificam três medidas para inverter a curva de progressão da doença, acelerando a queda dos casos de malária em nível mundial, incluindo um aumento anual de cerca de US\$ 2 bilhões.

Entre as propostas dos especialistas estão melhorar a gestão e implementação dos atuais programas de controle da malária, fazer uso mais eficiente das atuais ferramentas, desenvolver técnicas inovadoras que permitam ultrapassar os desafios biológicos da erradicação e disponibilização, por parte dos países onde a malária é endêmica, de investimento financeiro adequado.

"Por muito tempo, a erradicação da malária foi um sonho distante, mas agora temos provas de que a doença pode e deve ser erradicada até 2050", disse Richard Feachem, co-presidente da Comissão Lancet para Erradicação da Malária e diretor do Grupo de Saúde Global da Universidade da Califórnia, San Francisco (UCSF).

O estudo diz que a erradicação da malária é possível no tempo de uma geração, mas para alcançar essa visão comum não podemos continuar com a abordagem atual. O mundo está num ponto crítico e devemos desafiar-nos com metas ambiciosas e comprometer-nos com as ações ousadas necessárias para as alcançar".

Desde 2000, a incidência da malária e a taxa de mortalidade em nível global caíram 36% e 60%, respectivamente. Foi registrado no período um aumento do investimento na prevenção e tratamento da doença, que em 2016 chegou a US\$ 4,3 bilhões

Hoje, mais da metade dos países estão livres da malária.

Apesar dos progressos e dos esforços globais, mais de 200 milhões de casos são registrados em todo o mundo a cada ano, causando mais de 500 mil mortes.

Os casos de malária aumentaram em 55 países da África, Ásia e América Latina e crescem as preocupações com a resistência dos mosquitos transmissores (vetores) aos atuais inseticidas e medicamentos

(...)

Publicado em 09/09/2019 - 07:59

Por RTP* - (Emissora pública de televisão de Portugal)

Agência Brasil

01 De acordo com o texto, observe as informações abaixo:

I. Consoante o texto, a erradicação da malária até 2050 será consequência da abordagem de enfrentamento que já vem sendo realizada atualmente.

II. No trecho, "Apesar dos progressos e dos esforços globais...", é possível visualizar noção de concessão.

III. Sempre foi um pensamento plausível e concreto a eliminação da malária no mundo.

IV. Evidências empíricas embasam a afirmação de que a malária pode ser erradicada.

Após a leitura das informações, é correto afirmar que:

- (A) Somente a II é correta.
- (B) Apenas II e III são corretas.
- (C) Apenas II, III e IV são corretas.
- (D) Apenas I e IV são corretas.
- (E) Apenas II e IV são corretas.

02 **I** "A erradicação global da malária, uma das doenças mais antigas e mortais do mundo, pode ser alcançada até 2050, mostra novo estudo publicado hoje (9) pela comissão para a malária da revista científica *The Lancet*."

II "Entre as propostas dos especialistas estão melhorar a gestão e implementação dos atuais programas de controle da malária, fazer uso mais eficiente das atuais ferramentas, desenvolver técnicas inovadoras que permitam ultrapassar os desafios biológicos da erradicação e disponibilização, por parte dos países onde a malária é endêmica, de investimento financeiro adequado."

Considerando os fenômenos gramaticais dos trechos acima, é correto afirmar que:

- (A) As duas primeiras vírgulas, no primeiro trecho, isolam um adjunto adverbial deslocado.
- (B) A locução verbal "pode ser alcançada" (I) está no singular para concordar com "malária".
- (C) O pronome "onde" poderia ser substituído por "aonde", sem prejuízo à correção do segundo trecho.
- (D) No início do segundo trecho, uma vírgula poderia ser inserida após "estão" para enunciar uma enumeração.
- (E) As palavras destacadas nos trechos exercem a função morfológica de adjetivo.

03 O trecho “*Apesar dos progressos e dos esforços globais, mais de 200 milhões de casos de malária são registrados em todo o mundo...*” foi reescrito, sem prejuízo à norma culta e ao sentido original, em:

- (A) Mais de 200 milhões de casos de malária são registrados em todo o mundo, a despeito dos progressos e dos esforços globais...
- (B) “Em que pese os progressos e os esforços globais, mais de 200 milhões de casos de malária é registrado em todo o mundo...”
- (C) “Todavia os progressos e os esforços globais, mais de 200 milhões de casos de malária são registrados em todo o mundo...”
- (D) Em todo mundo, em vista dos progressos e dos esforços globais, mais de 200 milhões de casos são registrados...”
- (E) “Apesar dos progressos e dos esforços globais, mais de 200 milhões de casos de malária em todo mundo, são registrados...”

04 Está correto gramaticalmente o seguinte trecho de ofício:

- (A) “Considerando a necessidade de formalização de convênio na área médica encaminho à vossa senhoria os documentos abaixo relacionados...”
- (B) “Cumprimentando vossa senhoria, informo, que a autorização para utilização do auditório desta Seção Judiciária do Amapá segue anexo.”
- (C) “Em atenção ao documento 222/2019-PRAP, informo a vossa senhoria que não há, nesta Seção Judiciária do Amapá, projeto sobre usinas fotovoltaicas...”
- (D) “Nos termos do Processo Administrativo nº021/2016-TJAP, que autorizou a cessão do servidor Luis Carlos da Serra, encaminho anexo os demonstrativos dos valores pagos em folha mensal...”
- (E) “Sirvo-me do presente para informar a vossa senhoria sobre os últimos resultados do projeto Viver bem no Trabalho o qual trouxe resultados positivos no que diz respeito a qualidade de vida dos servidores...”

INFORMÁTICA

05 Acerca dos programas de navegação, indique a opção correta:

- (A) Apenas o Chrome apresenta opção de navegação anônima ou privativa.
- (B) Para navegar da Internet deve-se configurar o proxy em todas as hipóteses.
- (C) Mozilla Firefox não permite a configuração de plugins.
- (D) Normalmente sítios seguros são acessados utilizando o protocolo HTTPS.
- (E) Thunderbird é o navegador padrão do Linux.

06 Acerca da Suite Microsoft Office, indique a opção incorreta.

(A) O Word 2016 oferece o recurso Área de Transferência para manter itens (texto, imagem) utilizados com frequências.

(B) O Word 2016 não suporta formatos de arquivos **.docx e .docm**, mas permite abertura de arquivos **.pdf**.

(C) A suite Office permite o compartilhamento de arquivos pela plataforma em nuvem da Microsoft - OneDrive.

(D) O Word 2016 permite que o usuário salve um documento em diferentes formatos, como **.xps e .pdf**.

(E) O Word 2016 é compatível com arquivos LibreOffice Writer **.odt**.

07 Em relação aos sítios de busca indique a opção incorreta:

- (A) Ao digitar “**Justiça Federal**” + “**Amapá**” no Google, haverá a busca exata pelos termos entre aspas duplas nos sítios disponíveis na Internet.
- (B) Em uma pesquisa por meio do Google, o uso da expressão **FILETYPE:PDF** “**Diário da Justiça**” retornará arquivos com a extensão PDF relacionados com a pesquisa.
- (C) Ao pesquisar no Google **CACHE:portaltf1.jus.br\sjap**, busca-se a última versão indexada pelo Google.
- (D) Ao digitar na caixa de pesquisa do google **Seção Judiciária do amapá DATE:3**, retornarão resultados dos últimos três meses.
- (E) O operador **SITE** não permite buscas dentro de um domínio.

08 Em relação à Segurança da Informação, indique a opção correta.

- (A) *Backdoor* é um tipo de código malicioso que permite o retorno de um invasor a um computador comprometido.
- (B) *Keylogger* é um tipo de *spyware*, incapaz de armazenar as teclas digitadas pelo usuário.
- (C) *Pharming* é um tipo de *phishing* que redireciona a navegação do usuário para sites seguros e confiáveis.
- (D) Configurar o bloqueio de janelas *pop-up* no navegador não é uma boa prática para prevenção de riscos.
- (E) Não apresenta risco ao usuário a instalação de *plugins* baixados da Internet, sem a validação da fonte.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEGISLAÇÃO

09 Em relação à lei nº 9.099, de 26/09/1995, é incorreto afirmar que:

(A) Ficam excluídas da competência do Juizado Especial as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, e também as relativas a acidentes de trabalho, a resíduos e ao estado e capacidade das pessoas, ainda que de cunho patrimonial.

(B) O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas, entre outras, as causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo.

(C) Não se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiro nem de assistência. Admitir-se-á o litisconsórcio.

(D) Os conciliadores e Juízes leigos são auxiliares da Justiça, recrutados, os primeiros, preferentemente, entre os bacharéis em Direito, e os segundos, entre advogados com mais de cinco anos de experiência.

(E) Nas causas de valor até dez salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente a juízo, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória.

10 Em relação à lei nº 10.259, de 12/07/2001, é correto afirmar que:

(A) Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de cinquenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças.

(B) Nas causas de que trata esta Lei, haverá reexame necessário.

(C) Tratando-se de obrigação de pagar quantia certa, após o trânsito em julgado da decisão, o pagamento será efetuado no prazo de sessenta dias, contados da entrega da requisição, por ordem do Juiz, à autoridade citada para a causa, na agência mais próxima da Caixa Econômica Federal ou do Banco do Brasil, independentemente de precatório.

(D) Não podem ser partes, como réis, no Juizado Especial Federal Cível: a União, autarquias, fundações e empresas públicas federais.

(E) Incluem na competência do Juizado Especial Cível as causas sobre bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais.

CONSTITUCIONAL

11 De acordo com a Constituição Federal, é correto afirmar que:

(A) é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no primeiro caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

(B) a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas dependem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

(C) a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que lhes seja mais favorável a lei pessoal do "de cujus".

(D) o civilmente identificado poderá ser submetido à identificação criminal.

(E) a prática do racismo constitui crime inafiançável e prescritível, sujeito à pena de detenção, nos termos da lei;

12 São privativos de brasileiro nato os cargos, EXCETO:

(A) da carreira diplomática.

(B) de oficial das Forças Armadas.

(C) de Vice-Presidente da República.

(D) de Presidente do Conselho Nacional de Justiça.

(E) de Procurador-Geral do Ministério Público da União.

13 Compete privativamente à União legislar sobre:

(A) seguridade social.

(B) proteção à infância e à juventude.

(C) procedimentos em matéria processual.

(D) proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.

(E) educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação.

14 Em relação ao Poder Judiciário, consoante a Constituição Federal, observe as assertivas abaixo:

I. Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

II. Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

III. O Superior Tribunal de Justiça compõe-se de, no mínimo, trinta e três Ministros.

IV. Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios será composto de membros, do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

Após a leitura das assertivas, é correto afirmar:

(A) todas estão erradas

(B) apenas uma está correta

(C) três estão corretas

(D) todas estão corretas

(E) duas estão corretas

DIREITO ADMINISTRATIVO

15 Consoante a lei nº 8.429 de 02/06/1992, é correto afirmar que:

- (A) Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo.
- (B) O servidor que comete ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito está sujeito à pena de cassação dos direitos políticos.
- (C) O servidor que atenta contra os Princípios da Administração Pública está sujeito, entre outras penas, a pagar multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida por ele.
- (D) Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade.
- (E) Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.

16 Quando a Prefeitura de Macapá interdita um estabelecimento comercial, ela faz uso do:

- (A) poder de polícia
- (B) poder hierárquico
- (C) poder disciplinar
- (D) poder regulamentar
- (E) poder normativo

17 Em relação ao tema atos administrativo, é incorreto afirmar que:

- (A) são atributos do ato administrativo a presunção de legitimidade, a autoexecutoriedade e a imperatividade.
- (B) A anulação de um ato administrativo gera efeito ex tunc.
- (C) Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.
- (D) A autorização é um exemplo de ato vinculado e negocial.
- (E) O poder Judiciário não pode revogar ato do poder Executivo por motivo de conveniência e oportunidade.

18 Em relação à Administração Pública Direta e Indireta, observe as assertivas abaixo:

- I. Uma autarquia, pessoa jurídica de direito público, é criada por lei específica.
- II. A criação de empresa pública, pessoa jurídica de direito público, depende de autorização por lei específica.
- III. Uma agência reguladora é criada por meio do processo de desconcentração, sendo integrante da administração direta.
- IV. O Banco do Brasil, sociedade de economia mista, é subordinado hierarquicamente ao Ministério da Economia.

Após a análise das assertivas, é correto afirmar que:

- (A) Apenas I e II são corretas
- (B) Apenas III e IV são corretas
- (C) Apenas a I é correta.
- (D) Apenas I, II e III são corretas.
- (E) Apenas II e IV são corretas.

DIREITO PENAL

19 De acordo com as normas de direito penal, é incorreto afirmar que

- (A) O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposos, se previsto em lei.
- (B) Pelo resultado que agrava especialmente a pena, só responde o agente que o houver causado dolosamente.
- (C) O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados.
- (D) Não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.
- (E) Diz-se crime doloso, quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo.

20 Consoante o Código Penal do Brasil, não é isento de pena:

- (A) o agente que, por desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato.
- (B) Os menores de 18 (dezoito) anos
- (C) aquele que age em legítima defesa.
- (D) O agente que, por embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- (E) Quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

21 Observe as assertivas abaixo sobre o tema Competência:

- I. Determinará a competência jurisdicional a natureza da infração.
- II. Tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção.
- III. A precedência da distribuição fixará a competência quando, na mesma circunscrição judiciária, houver mais de um juiz igualmente competente.
- IV. A competência será determinada pela continência quando duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração.

Após a leitura das assertivas, é correto afirmar:

- (A) todas estão erradas
- (B) apenas uma está correta
- (C) três estão corretas
- (D) todas estão corretas
- (E) duas estão corretas

DIREITO CIVIL

22 De acordo com o Código Civil Brasileiro, não são incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer:

- (A) os ébrios habituais
- (B) os pródigos
- (C) os viciados em tóxico
- (D) aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.
- (E) os menores de 16 (dezesseis) anos.

23 Não são pessoas jurídicas de direito público interno:

- (A) os Territórios.
- (B) as associações públicas.
- (C) as autarquias.
- (D) as fundações.
- (E) os Municípios.

24 É correto afirmar que:

- (A) Consideram-se móveis para os efeitos legais as energias que não tenham valor econômico.
- (B) Os bens públicos estão sujeitos a usucapião.
- (C) São singulares os bens que, embora reunidos, se consideram *de per se*, independentemente dos demais.
- (D) São necessárias as benfeitorias de mero deleite ou recreio, que não aumentam o uso habitual do bem, ainda que o tornem mais agradável ou sejam de elevado valor.
- (E) Considera-se bem móvel o direito à sucessão aberta.

DIREITO PROCESSUAL

25 Considerando a lei nº 13.105 de 16/03/2015, é correto afirmar que:

- (A) Em regra, os atos e os termos processuais dependem de forma determinada.
- (B) O direito de consultar os autos de processo que tramite em segredo de justiça e de pedir certidões de seus atos é restrito às partes e aos seus procuradores.
- (C) Não se dispensa a intimação das partes para a prática de ato processual ou a realização de audiência cujas datas tiverem sido designadas no calendário.
- (D) A desistência da ação produzirá efeitos antes da homologação judicial.
- (E) As partes não poderão exigir recibo de petições, arrazoados, papéis e documentos que entregarem em cartório.

26 Considerando a lei nº 13.105 de 16/03/2015, observe as assertivas abaixo:

- I. Os atos processuais serão realizados em dias úteis, das 8 (oito) às 20 (vinte) horas.
- II. A prática eletrônica de ato processual pode ocorrer em qualquer horário até as 24 (vinte e quatro) horas do último dia do prazo.
- III. Processam-se durante as férias forenses, onde as houver, e não se suspendem pela superveniência delas, a ação de alimentos e os processos de nomeação ou remoção de tutor e curador.
- IV. Os atos processuais realizar-se-ão ordinariamente na sede do juízo, ou, excepcionalmente, em outro lugar em razão de deferência, de interesse da justiça, da natureza do ato ou de obstáculo arguido pelo interessado e acolhido pelo juiz.

Após a leitura das assertivas, é correto afirmar:

- (A) todas estão erradas
- (B) apenas uma está correta
- (C) três estão corretas
- (D) todas estão corretas
- (E) duas estão corretas

27 Consoante a lei nº 13.105 de 16/03/2015, é incorreto afirmar que:

- (A) Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito.
- (B) Na comarca, seção ou subseção judiciária onde for difícil o transporte, o juiz poderá prorrogar os prazos por até 2 (dois) meses.
- (C) Ao juiz é vedado reduzir prazos peremptórios sem anuência das partes.
- (D) A extinção do processo dar-se-á por sentença.
- (E) Não se suspende o processo pela arguição de impedimento ou de suspeição.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

28 Em consonância com a lei nº 8.213, de 24/07/1991, são segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas, EXCETO:

(A) o empregado de organismo oficial internacional ou estrangeiro em funcionamento no Brasil, salvo quando coberto por regime próprio de previdência social.

(B) aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado.

(C) os maiores de 14 (quatorze) anos que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social, mediante contribuição.

(D) o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social.

(E) como empregado doméstico: aquele que presta serviço de natureza contínua a pessoa ou família, no âmbito residencial desta, em atividades sem fins lucrativos.

29 Considerando a lei nº 8.213, de 24/07/199, observe os itens abaixo:

I. O salário-maternidade é devido à segurada da Previdência Social, durante 120 (cento e vinte) dias, com início no período entre 28 (vinte e oito) dias antes do parto e a data de ocorrência deste, observadas as situações e condições previstas na legislação no que concerne à proteção à maternidade.

II. O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido nesta Lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.

III. A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição.

Após a análise, pode-se afirmar que:

(A) apenas o I é correto

(B) apenas I e II são corretos

(C) apenas II e III são corretos

(D) apenas o III é correto

(E) I, II e III são corretos

30 Segundo o artigo primeiro da lei 8.212, de 24/07/1991, a Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar o direito relativo:

(A) à saúde, à previdência e à assistência social.

(B) à saúde, à previdência, à assistência social e à educação.

(C) à saúde, à previdência, à assistência social, à alimentação e à educação.

(D) à educação, à previdência, à alimentação e à assistência social.

(E) à saúde, à educação e à assistência social.